
RAIMUNDO NINA RODRIGUES E A QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX*

Telmo Renato da Silva ARAÚJO

(Professor do Campus Universitário do Baixo Tocantins, Mestre em História)

Resumo: *O artigo aqui apresentado busca traçar um breve histórico do pensamento racial no século XIX, particularmente os trabalhos de Nina Rodrigues.*

No Brasil, a proclamação da República e o fim da escravidão foram fatos de extrema importância na escolha de temas raciais entre os intelectuais que trabalhavam a construção nacional. Viam-se diante da busca de formas para estruturação do Estado e de construção dos aparatos necessários para seu funcionamento. Pensava-se a economia, a política e a sociedade articuladas em torno de projetos nacionais.

As discussões sobre o futuro da nação tiveram como ponto importante a questão das raças, em que os principais temas em questão estavam relacionados com a "indolência" dos mestiços, com a "inferioridade" racial do negro e a "degenerescência" do mulato. Esses temas tornaram-se argumentos constantes no final do século XIX, para tentar explicar o entrave que se constituía para o tão sonhado "progresso" da nação.

Em 1889, dois grupos discutiam as formas e os caminhos para consolidação do Estado nacional brasileiro. De um lado uma oligarquia cafeeicultora, setor economicamente dominante, que progressivamente melhorava suas fazendas com o incremento de novas técnicas agrícolas e que, com o fim da escravidão, buscava alternativas para a mão-de-obra agrícola. Do outro, uma burguesia urbana, ávida por "progresso" e "modernização", vinculada ao

*Artigo elaborado a partir da dissertação de Mestrado intitulada "O pensamento racial em Nina Rodrigues e Fernando Cabre", orientada pelo Prof. Dr. Horácio Gutiérrez e com o apoio financeiro da CAPES.

fortalecimento do Estado; enquadram-se neste, os liberais e os intelectuais da época.¹

Os primeiros mantiveram sua postura oligárquica, unindo com mais força a questão política e econômica, deixando em muitos casos a questão racial para ser pensada pelos “homens de ciência”² da época. Em finais do século XIX, no contexto nacional brasileiro esses homens de ciência realizavam discussões acerca da questão racial, principalmente as propostas de imigração branca européia, o direcionamento da saúde pública para o controle das ditas doenças tropicais, a higienização da sociedade e a eugenia para o branqueamento da nação.

A compressão da realidade nacional, de sua história, traçadas pela elite intelectual após a proclamação da República, estava muitas vezes influenciada pela interpretação positivista biologizante que fazia uma analogia entre meio (aspectos geográficos) e raça (aspectos biológicos).

As discussões sobre a insalubridade dos climas tropicais e apatia do povo surgiram, neste período, nos trabalhos de Silvio Romero sobre mestiçagem e branqueamento da nação. Ao mesmo tempo Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, trabalhava as vicissitudes do homem do sertão e seus problemas com o meio ambiente. Mais tarde Nina Rodrigues abarcaria em seus estudos, a questão do homem brasileiro em grupo e suas manifestações sociais; saindo um pouco do determinismo geográfico e introduzindo aspectos da psicologia coletiva.

Nos projetos para a construção nacional estava um conjunto de fatores necessários para dar um sentido à nação desejada, isto é, uma nação “branca” com costumes e modelos tipicamente europeus. Para isso, era necessária uma certa homogeneização da nação. Intelectuais como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e posteriormente Oliveira Vianna, buscavam criar um senso de nacionalidade, respaldado na unidade étnica.

¹ AZEVEDO, Célia Maria Mariño da. *Onde Negro, Onde Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

² Essa caracterização foi elaborada por Lilia Moritz Seixas em *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Política racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Tal pressuposto possuía um entrave, que não permitia ser trabalhado por esses intelectuais sem um devido preconceito: a diversidade sociocultural, demarcada pelas diferenças étnicas. Buscar uma unidade demandava buscar uma homogeneidade; dessa forma a Europa tornava-se um exemplo, visto que era considerada como homogênea e caracterizada pela preponderância branca.

Em São Paulo, centro agrícola de plantação de café, a imigração teve seu início em 1840, em meio às pressões inglesas ao tráfico negreiro. Com o intuito de demonstrar que o imigrante poderia ser bem aproveitado como trabalhador livre nas lavouras, tomava ênfase no Brasil o tema do "imigrante ideal".³ Este seria o agente introdutor dos atributos necessários para acelerar a "evolução" social, para se chegar à "civilização" e ao "progresso".

No Brasil, em 1879, surgiam as discussões sobre os *coolies* chineses que através da *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos*, eram tidos por uns como o *perigo amarelo* e por outros como habilidosos e competentes.

É interessante ressaltar que tanto os defensores quanto os críticos da imigração chinesa, ambos se apóiam em argumentos baseados na inferioridade desse povo. Para os adversários, os chineses não eram bons, representavam o *perigo amarelo* para o Brasil; para os defensores, os chineses também não eram bons, mas, de acordo com seu projeto, iriam ficar só transitariamente no país.⁴

Convergentes às discussões sobre imigração estavam as propostas de higienização e controle social. Com o crescimento acentuado da cidade do Rio de Janeiro e o surto epidêmico de febre amarela, que solapou a cidade no início do século XX, as propostas de higiene e prevenção de doenças tornaram-se assuntos persistentes nos meios científicos. Se, por um lado, a nação tinha que possuir saúde, por outro precisava ter sobre si um maior controle.

³ Sobre a "imigração ideal" e suas diretrizes ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Osão Negro, Mão Branca: O negro na imigração do café – Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 50-68.

⁴ PITRUCO, FLÍD, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Estudos Sociais e Agrários*, n. 7, p. 132, 1996.

Dessa maneira, os projetos de um maior controle sobre a sociedade tinham como base a proposta de maior eficácia das leis penais, que dessem sentido às normas impostas pela sociedade e ao mesmo tempo disciplinar índios, mestiços, mulatos e negros. Esses formavam a grande massa popular que, aos olhos de alguns intelectuais racistas do início do século XX, caracterizavam a “barbárie” brasileira. Assim a

política de saúde, seja lá o que isso tenha significado na época, era a política de saneamento da cidade, para protegê-la da invasão dos bárbaros. E os intrusos deveriam ser segregados, já que eram indispensáveis para o trabalho manual, incompatível com o puritanismo das classes ociosas.⁵

A medicina como vemos, toma dois sentidos: o de curar e controlar a sociedade.

O médico era o condutor das convicções científicas que articulavam aspectos da biologia com os da sociologia. Ele era ao mesmo tempo um estudioso do corpo e da sociedade, um cientista e pesquisador. Os médicos formavam, na segunda metade do século XIX, o grupo que discutia com relevância a questão racial, protagonizando um mosaico de concepções racistas e preconceituosas sobre os grupos sociais marginalizados. Seu respaldo foi a ciência positivista, determinista e evolucionista, em alta na Europa neste período.

Seus estudos e trabalhos tiveram, no século XIX, como núcleo duas instituições de grande importância na difusão de estudos acerca da questão racial, a *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* e a *Faculdade de Medicina da Bahia*, ambas criadas em 1832.

A primeira destacava-se por seus trabalhos sobre as causas das doenças – endemias e epidemias – e a segunda articulava trabalhos sobre alienação, delinquência e criminalidade. Também se diferenciavam pela linha teórica que empregavam em suas pesquisas.

⁵ BARROS, Pedro Motta de. *Avorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana*. *Magisterium: História, Ciência, Saúde*, São Paulo, v. IV, n. 3, p. 439, (out. 1997 – fev. 1998).

Enquanto a do Rio de Janeiro seguia a linha francesa, a da Bahia seguia a alemã.

Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à “perfectibilidade” biológica.⁶

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com seus estudos sobre a febre amarela, iniciou na saúde pública brasileira a concepção de profilaxia, isto é, uma medicina preventiva contra as enfermidades. Isso se deve principalmente aos trabalhos de Oswaldo Cruz e sua equipe de médicos. Por outro lado, a Faculdade de Medicina da Bahia enveredava seus estudos para uma medicina experimental, direcionada para as patologias coletivas, aos cuidados de Raimundo Nina Rodrigues.

Vinculadas a estas duas instituições estavam os meios de divulgação científica de maior importância no Brasil, no final do século XIX: a “Gazeta Médica da Bahia”, criada em 1866 e “Brasil Médico” do Rio de Janeiro, criado em 1887. Nelas definem-se e delimitam-se as propostas para curar um Brasil doente e enfermo. Temas como criminalidade, degenerescência e doenças tropicais, eram sempre correlatos com a questão racial⁷. Esses dois periódicos foram os de maior representatividade no circuito médico-científico da época.

Na “Brasil Médico”, os temas de maior importância estavam relacionados com a higiene pública e com modelos de combate a epidemias e endemias – são enormes as doenças que se propagavam no Brasil neste período, entre elas a febre amarela, varíola, tuberculose, beribéri, malária. Na “Brasil Médico” eram divulgadas campanhas de saneamento e educação sanitária em apoio à insalubridade do clima tropical.

No discurso sobre a erradicação das doenças e na crença em uma medicina preventiva é que se revela a grande importância que

⁶ SCHWARCZ, op.cit., p. 191.

⁷ ALVES & MADEL, *Terceiro Luz. Medicina e Ordem Pública Brasileira: Políticas e Instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

tomavam os médicos sanitaristas do Rio de Janeiro. Tal importância respaldava medidas autoritárias. É o caso de Oswaldo Cruz em 1904, que confluía na conhecida Revolta da Vacina.⁸

Na "Gazeta Medica da Bahia", primeiro periódico médico do Brasil, os temas de maiores relevâncias estavam relacionados à loucura, alienação e degenerescência das raças. Temas que tomaram com o intelectual e antropólogo criminal Raimundo Nina Rodrigues, um sentido mais abrangente quando da sua luta para a profissionalização do perito em medicina legal. Em seu postulado, as análises retiradas das autópsias – novidade no Brasil – eram correlacionadas com as teorias da degenerescência do mestiço e da inferioridade dos negros. Diferentemente do "Brasil Medico", este meio de divulgação científico promoveu trabalhos sobre antropologia criminal e medicina experimental, articulando os estudos sobre mestiçagem e doença mental.

Raimundo Nina Rodrigues nasceu no Maranhão em 4 de dezembro de 1862. Em 1882 mudou-se para a Bahia onde ingressou no curso de Medicina. Tirou o doutorado no Rio de Janeiro em 1888. Seu primeiro artigo é de 1886, escrito no Maranhão, com o título "A morfêa em Anajatuba".

Em 1894 escreveu seu principal livro intitulado *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, que o fazia ser o primeiro a enveredar nos estudos de medicina legal no Brasil. Nele discutia e criticava as leis penais, defendendo uma diferenciação em sua implementação pelo fato das raças negra, índia e mestiça não terem a capacidade de serem responsabilizadas de seus atos. É a criminalidade e a imputabilidade por uma ótica evolucionista, tanto social quanto biológica.

Nina Rodrigues associava a questão racial ao quadro mais abrangente do progresso da humanidade, estabelecendo uma dicotomia racial, em superiores e inferiores. Dizia:

⁸ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentes Ilustradas em Corpo Rebelde*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

O desenvolvimento e a cultura mental permitem seguramente às raças superiores apreciarem e julgarem as phases por que vai passando a consciencia do direito e do dever nas raças inferiores, e lhes permitem mesmo traçar a marcha que o desenvolvimento dessa consciencia seguirá no seu aperfeiçoamento gradual.⁹

Afirmava que no contato direto entre as “raças superiores” e “inferiores”, e frente à afluência social, a raça superior venceria. Esse contato seria conduzido pela história que aperfeiçoaria gradualmente as atividades psíquicas, morais e intelectuais das raças ditas inferiores. Via a história como um agente do tempo que moldaria as vicissitudes da cultura, tendo como base primordial a cultura branca européia.

Nina Rodrigues escreveu em 1896, diversos artigos para a “Revista Brasileira” relacionados com estudos etnográficos do fetichismo dos negros baianos que abarcavam assuntos como teologia, liturgia e cerimônias religiosas. Mais tarde, em 1901, esses artigos formariam a coletânea *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*. Esses estudos demonstram não apenas a influência do empirismo científico em seus trabalhos, mas também, traçavam um novo curso para a antropologia brasileira, o da etnografia. Bom frisar que, apesar da importância dos trabalhos de Nina Rodrigues na constituição dos primeiros estudos sobre o negro em território nacional, sua vertente foi constantemente trabalhar a antropologia para determinar as peculiaridades culturais com o intuito de demonstrar a inferioridade racial.

Nina Rodrigues escreveu artigos tanto na “Gazeta Medica da Bahia” quanto no “Brasil Medico”. Muitos desses artigos discutiam a questão criminal em que questionava a igualdade na implementação da lei penal – as “raças inferiores” não possuem capacidade para guiarem-se livremente. Com essa afirmação argumentava contra o livre-arbítrio e pedia uma reformulação das leis penais. Reivindicava também uma maior autonomia à medicina legal, bem como reforçava o vínculo com os bacharéis do Direito.

⁹ RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Petrópolis: Editora Progresso, 1974, p.84.

Uma série de artigos publicados na “Brasil Medico”, em 1890, demonstrava claramente o viés seguido por Nina Rodrigues. Escreveu inúmeros artigos sobre a psicologia das multidões, relacionando casos de manifestações de loucura e fanatismo, como o dos seguidores de Antônio Conselheiro em Belo Monte (Canudos). É o momento do uso da medicina legal e da psicologia social através das análises psicológicas das raças e das autópsias como arcabouço científico para as afirmações racistas. Buscava nas dissecações cadavéricas, encontrar detalhes que comprovassem a inferioridade das raças. Alguns desses artigos formaram a coletânea *As Colectividades Anormais*.

A imprensa médica brasileira teve um papel fundamental ao divulgar e manter intercâmbios científicos entre os diferentes grupos nacionais e internacionais. Contribuiu para o confronto de opiniões e de eixos teóricos discutidos na época. Particularmente, as revistas: “Brasil Medico” e “Gazeta Medica da Bahia”, que tiveram uma repercussão considerável no cenário científico nacional.

Contudo, foi nas reuniões para a elaboração da “Gazeta Medica da Bahia” que curiosamente aparece um grupo de intelectuais médicos que por volta de 1860 destacava-se por enveredar pesquisas sobre as denominadas “doenças tropicais”. Esses regiam trabalhos e pesquisas, muitas vezes autônomos, acerca das doenças que atingiam as camadas populares. Bem mais orientados, científica e tecnicamente, que o grupo carioca, convencionou-se chamá-los de *Escola Tropicalista Bahiana*.

Foi nessa *Escola* que os trabalhos de Nina Rodrigues começaram a ter uma maior divulgação e muitas de suas colocações e alinhamentos teóricos consolidaram o viés de uma medicina voltada para a autópsia, para a psiquiatria e para os estudos anatômicos patológicos. Os rumos que seguiram os discursos dos membros da *Escola* inauguraram no Brasil “uma era de utilização do saber científico como instrumento de controle social das “classes inferiores”, sob a legitimação ideológica da teoria científicista do racismo”.¹⁰

¹⁰ BARRIOS, *op. cit.*, p. 450.

Para Pedro Motta de Barros, foi a partir dessa tendência, de abrir cadáveres para procurar neles substrato necessário da inferioridade racial, que a *Escola Tropicalista Baiana* teve seu final:

(...) no caso da medicina tropicalista baiana, seu esgotamento correspondeu à substituição do trabalho com cadáveres para o tratamento clínico de doentes pelo trabalho com cadáveres para o controle social de "raças inferiores", mediante o desenvolvimento de novas ciências, a medicina legal e a antropologia criminal.¹¹

Em 1901, Nina Rodrigues publica seu estudo mais importante de psiquiatria, *O Alienado no Direito Civil Brasileiro*. O momento da publicação deste livro foi marcado pela reivindicação de novos espaços para a medicina. Espaços estes cada vez mais próximos dos mecanismos de controle social, junto às diretrizes da lei penal.

Com as influências, principalmente das teorias sobre o criminoso nato de Cesare Lombroso, do determinismo de Herbert Spencer e do evolucionismo de Charles Darwin, Nina Rodrigues enveredava-se também no ramo da antropologia. Os trabalhos de Nina Rodrigues sobre os negros da Bahia são considerados o marco inicial de um estudo sistemático sobre as manifestações culturais dos africanos e seus descendentes no Brasil. A sua obra de maior relevância acerca deste tema é *Os Africanos no Brasil*, obra póstuma, publicada em 1933.

Nina Rodrigues morreu em Paris a 17 de julho de 1906 e muito da divulgação de sua obra, deveu-se aos seus discípulos que com esforço e dedicação publicaram várias delas. Todavia, apegado à ciência positivista, é caracterizado como um dos maiores racistas brasileiros do final do século XIX. A influência de Nina Rodrigues no Brasil foi de tal forma significativa, que após sua morte seus discípulos formaram uma Escola denominada Nina Rodrigues. Entre seus membros estão Afrânio Peixoto, Homero Pires e Arthur Ramos.¹²

Os trabalhos de pesquisa e as reflexões raciais de Nina Rodrigues são reflexos da culminação das teorias européias na América, nos

¹¹ BARROS, pp. 65, p. 449.

¹² A Escola Nina Rodrigues e a atuação de seus discípulos, foram analisadas por: Mariza Corrêa, *Arquivo de Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo: São Francisco/ BAPSE, 1992, p. 15-6.

finais do século XIX e representaram as principais propostas para o processo de consolidação e estrutura do Estado, no que se refere à participação da grande massa étnica na sociedade.

Contudo, os novos contornos que a antropologia e sociologia tomaram na primeira metade do século XX para se entender grupos culturalmente diferenciados, foram determinantes para a mudança no discurso racial. Passou-se a valorizar mais as peculiaridades culturais que as premissas biologizantes tão enfatizadas anteriormente pelos cientistas raciais. Nina Rodrigues não consegue pegar estas mudanças. Assim, é considerado como o principal intelectual racista brasileiro de finais do século XIX. Seus discípulos é que procuraram dirimir algumas concepções equivocadas do mestre maranhense.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Afeto Branco: O ugo no inaugurário das ides – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARROS, Pedro Motta de. Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana. *Manguinhos: História, Ciência, Saúde*, São Paulo, v. IV, n. 3, p. 411-459, nov. 1997 – fev. 1998.
- CORRÊA, Mariza. *As Ruínas da Liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo: São Francisco/FAPESP, 1992.
- LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e Ordem Política Brasileira: Políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *As Instituições Médicas no Brasil: Instituições e estratégias de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição (1ª edição: 1979), 1986.
- PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Ensaio, Sociedade e Agricultura*, n. 7, p. 134-149, 1996.
- RAMOS, Artur (org.). *As Comunidades Anemias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Bahia: Editora Progresso, 1894.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espírito das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.